

Apresentação das linhas de acção governativa da área da Administração e Justiça para o ano de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,
Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje apresentar a esta nobre Assembleia, a situação da execução das linhas de acção governativa da área da Administração e Justiça desenvolvidas em 2020 e os principais planos de trabalho para o ano de 2021.

Este ano, os trabalhos-chave da área da Administração e Justiça envolveram principalmente três áreas, nomeadamente, a reforma da Administração Pública, o aperfeiçoamento da construção do sistema jurídico e a facilitação da vida da população com os serviços municipais.

A reforma da Administração Pública constitui o ponto mais importante da acção governativa do Governo da RAEM. Concluímos neste ano a recolha das informações relativas à estrutura orgânica dos serviços, à afectação de pessoal e ao circuito dos serviços prestados, entre outros. Procedemos à análise dos problemas existentes na Administração Pública e das suas causas e, com base nesses problemas, iremos determinar a orientação da reforma da Administração Pública e estabelecer o respectivo plano de trabalhos, implementando, deste modo, as várias medidas de reforma, de forma ordenada.

Analisada a estrutura orgânica dos serviços públicos, no corrente ano

elaborámos preliminarmente os princípios e os padrões a serem seguidos para a reestruturação dos serviços públicos e a afectação de pessoal, e, segundo o plano definido, concluímos os trabalhos de reestruturação dos serviços, designadamente a integração das funções do Gabinete do Porta-voz do Governo no Gabinete de Comunicação Social, das funções do Gabinete de Gestão de Crises do Turismo na Direcção dos Serviços de Turismo e das funções do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético na Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, a fusão dos Serviços de Apoio da Sede do Governo e do Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, passando a constituir a Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo, a fusão da Direcção dos Serviços do Ensino Superior e da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, na designada Direcção dos Serviços de Desenvolvimento de Educação e Juventude, bem como a reestruturação da Direcção dos Serviços de Economia para se transformar na Direcção dos Serviços de Desenvolvimento da Economia e das Ciências e Tecnologia.

Para clarificar as competências e as responsabilidades dos dirigentes e chefias dos diferentes níveis e racionalizar os problemas de desarticulação entre as competências e as responsabilidades, procedemos a uma análise e a uma revisão aprofundada sobre o posicionamento de competências e o regime de delegação de competências, tendo proposto uma revisão da lei faseada. Com a finalidade de aperfeiçoar o regime jurídico relativo à responsabilização dos

titulares de cargos públicos, procedemos ainda à análise e ao estudo da optimização das disposições sobre os direitos e deveres, bem como, as responsabilidades disciplinares do pessoal de direcção e chefia, criando assim uma base aquando da alteração das relevantes leis na próxima fase.

A fim de aperfeiçoar o regime das carreiras dos trabalhadores da função pública e o regime de recrutamento da função pública, submetemos à Assembleia Legislativa a proposta de alteração à Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), que propõe a simplificação da configuração das carreiras e os procedimentos de recrutamento da função pública, para que seja promovida a mobilidade interna dos trabalhadores dos serviços públicos e aplicados os recursos humanos de forma razoável.

No que se refere à colaboração interdepartamental, demos prioridade ao acompanhamento de dois projectos: a repetição das obras de escavação nas vias públicas e o problema das infiltrações de água nos edifícios. Analisadas as disposições das actuais leis e as dificuldades suscitadas na resolução dos referidos problemas, propusemos a criação de um novo mecanismo jurídico, evitando-se, deste modo, a repetição das obras de escavação numa mesma parte da via pública num prazo inferior a 3 anos e em situação de não emergência, bem como, resolvendo-se, nos casos de infiltração de água nos edifícios, a complexidade de se entrar em domicílios e a desarticulação entre proprietários das fracções dos edifícios nos actos de inspecção e manutenção.

Em relação aos trabalhos da governação electrónica, com a entrada em

vigor da Lei “Governança electrónica” e do Regulamento Administrativo “Regulamentação da governança electrónica” no passado dia 27 de Setembro, reunimos desde já condições para simplificar o trâmite da abertura da “Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM”, lançámos sucessivamente diversos serviços públicos com recurso à “Conta única de acesso comum” e promovemos a movimentação, de forma eletronicada, de ofícios não sujeitos à apreciação superior entre os serviços públicos. Além disso, em articulação com a implementação da “Lei da Cibersegurança”, damos assistência aos serviços públicos na avaliação da cibersegurança, no sentido de estabelecer o regime de gestão da cibersegurança ordenadamente.

No âmbito do planeamento legislativo, procedemos a uma revisão sobre o problema suscitado no planeamento legislativo anterior da existência de projectos que não puderam ser concluídos na sua totalidade e de um número relativamente maior de projectos fora do planeamento. Elaborámos, deste modo, com uma atitude pragmática, o planeamento legislativo para garantir a plena conclusão de 7 projectos do planeamento legislativo do corrente ano e a submissão dos mesmos à apreciação da Assembleia Legislativa.

No que se refere à coordenação legislativa, através do mecanismo de comunicação periódica com a Assembleia Legislativa, podemos fazer comunicação atempada sobre o andamento dos trabalhos de apreciação das propostas de lei para coordenar, dentro do prazo, a resolução dos problemas no âmbito de políticas legislativas e de técnica legislativa encontrados durante a

apreciação de propostas de lei, articulando de forma activa com a Assembleia Legislativa no sentido de elevar a sua eficiência na apreciação das propostas de lei. Foi aprovada até Setembro de 2020, ainda no período normal de funcionamento da Assembleia Legislativa, uma totalidade de 21 propostas de lei, incluindo várias que envolvem vastos aspectos em termos de políticas legislativas e de uma maior complexidade em termos de técnica legislativa.

Este ano, uniformizámos, de forma rigorosa, os critérios técnicos adoptados pelos serviços públicos na elaboração de diplomas legais e elaborámos novas instruções sobre o processo de produção legislativa, reduzindo os passos desnecessários e formais entre os serviços. Foram expressamente determinadas as atribuições e a divisão de tarefas entre os serviços proponentes e os serviços da área jurídica no âmbito dos trabalhos legislativos, e, através do mecanismo permanente de comunicação sobre o andamento dos diplomas legais, controlou-se com precisão o andamento dos projectos legislativos no sentido de garantir a conclusão da elaboração de diplomas legais dentro dos prazos.

Em relação à divulgação e promoção jurídica, organizámos, em colaboração com os serviços públicos e associações civis, séries de acções de sensibilização relacionadas com a Lei Básica e com a Constituição da República Popular da China. Realizámos 170 seminários jurídicos para várias escolas com a participação de cerca de 12.000 estudantes. A entrada em vigor dos dois Acordos da cooperação judiciária em matéria civil entre a RAEM e o

Interior da China e entre a RAEM e Hong Kong conduziu a um aumento da eficiência da cooperação judiciária inter-regional. Com o apoio do Governo Central, demos continuidade à promoção dos trabalhos de negociação e assinatura de acordos de cooperação judiciária com o exterior. Apresentámos em tempo oportuno o relatório sobre a concretização das convenções internacionais sobre os direitos humanos por parte da RAEM.

Este ano, a epidemia de pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus afectou, de um certo modo, o abastecimento de produtos alimentares frescos e vivos. Mantivemos uma comunicação estreita com os fornecedores e os sectores envolvidos, organizando proactivamente as fontes de abastecimento de mercadorias, com vista a garantir um fornecimento adequado de porcos vivos, vegetais e outros produtos alimentares frescos e vivos no mercado de Macau. Além disso, divulgámos diariamente o volume dos produtos alimentares frescos e vivos fornecidos a Macau e o seu preço médio de venda a retalho, aliviando assim as preocupações da sociedade e assegurando a ordem normal do mercado. Face ao elevado preço de venda a retalho da carne de porco registado desde o início do ano, logrou-se, através da estabilização do preço de importação da carne de porco fresca, da execução rigorosa das inspecções no mercado e do aumento da transparência dos preços, entre outras medidas, garantir uma descida relativamente significativa do seu preço.

A fim de evitar a entrada, em Macau, do novo tipo de coronavírus através da importação de produtos alimentares da cadeia de frio, tomámos, a partir do

mês de Agosto, novas medidas de prevenção epidémica, designadamente a realização da desinfecção de mercadorias importadas da cadeia de frio, a realização de testes de ácido nucleico do novo tipo de coronavírus para os produtos alimentares da cadeia de frio e as embalagens deles, a implementação de um sistema de rastreamento dos produtos alimentares importados da cadeia de frio e a realização persistente de testes de ácido nucleico do novo tipo de coronavírus para os trabalhadores do sector de produtos alimentares da cadeia de frio. Ao longo do ano, efectuámos mais de 6.000 inspecções junto dos estabelecimentos de produção e exploração de todos os tipos de produtos alimentares, tendo sido tratados nos termos da lei os casos que punham em risco a segurança alimentar.

A fim de melhorar a situação higiénica dos bairros comunitários, remodelámos, no total, 70 sanitários públicos no corrente ano e instalámos 8 contentores de compressão de lixo. No intuito de garantir a desobstrução da rede de esgotos, reforçámos as inspecções tendentes a verificar as condições das caixas de visita e colectores nas diversas vias públicas, tendo-se procedido às acções de desentupimento, limpeza e manutenção. Reforçámos também a fiscalização ao despejo ilegal proveniente dos estaleiros de construção e estabelecimentos de restauração, tendo-se agravado a sanção aplicada. Empenhámo-nos em prosseguir com o desenvolvimento da obra de construção da *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior, a fim de atenuar ao máximo o problema das inundações provocadas pelas chuvas torrenciais ou marés astronómicas.

As obras da primeira fase relacionadas com a construção de um corredor costeiro verde na margem sul da Península de Macau serão basicamente, concluídas no final deste ano, e o corredor estará aberto ao público no início do próximo ano. Relativamente ao aproveitamento dos terrenos abandonados, desencadeámos, sucessivamente ao longo do ano, a concepção das obras e a abertura do concurso público de 5 terrenos situados em redor do Parque Urbano da Areia Preta e da Avenida Marginal do Lam Mau. As obras do prolongamento da Pista de Bicicletas Flor de Lótus da Taipa em direcção ao *Hotel Broadway* estão praticamente concluídas no corrente ano. Após o prolongamento, a pista de bicicletas terá um comprimento total de 2.100 metros.

Quanto à arborização urbana, este ano, reforçámos a arborização das principais artérias urbanas, rotundas e zonas adjacentes ao longo da linha do Metro Ligeiro, concluímos a plantação de cerca de 1.800 mudas de árvores durante o ano inteiro. Quanto à recuperação florestal, recuperámos cinco hectares de área florestal, com a plantação, efectuada ao longo do ano, de um total de 7.000 mudas de árvores. Prosseguimos com os trabalhos internos de estudo e de recolha de dados no âmbito do “Planeamento Geral do Sistema da Arborização Urbana de Macau”.

Ainda em 2020, procederemos à consulta pública sobre o plano da reforma da Administração Pública e, após auscultadas amplamente as opiniões dos quadrantes sociais, iremos promover, de forma ordenada e de acordo com

a orientação e objectivos definidos no plano, os diversos trabalhos da reforma da Administração Pública, tendo em conta a estrutura, pessoal e os serviços prestados pelos serviços públicos, entre outros aspectos

Daremos continuidade aos trabalhos de configuração da estrutura e divisão de funções dos serviços, centrando na revisão das funções dos fundos públicos e da legislação aplicável, no sentido de se apresentar um plano de reestruturação ou fusão exequível e capaz de aprimorar a gestão dos fundos públicos, normalizando o processo dos pedidos de apoio financeiro, bem como da sua apreciação e fiscalização, aumentando a eficiência em termos de funcionamento desses mesmos fundos, e assegurando uma utilização racional e eficaz do erário público.

Iremos acompanhar a alteração das disposições legais relacionadas com os princípios da delegação de competências, procedendo à racionalização e revisão das competências legais das direcções de serviços no decorrer da reestruturação dos serviços. Na base do estudo sobre o regime jurídico da responsabilização dos titulares de cargos públicos realizado no corrente ano, iremos apresentar uma proposta concreta para o aperfeiçoamento dos direitos e deveres e responsabilidades disciplinares do pessoal de direcção e chefia.

Iremos colaborar estreitamente com a Assembleia Legislativa na apreciação da alteração do Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos e, dar início aos trabalhos de estudo sobre a optimização das carreiras da próxima fase, de modo a rever o actual regime de mobilidade dos

trabalhadores dos serviços públicos e promover a mobilidade horizontal dos mesmos. Iremos definir os princípios de afectação dos trabalhadores dos serviços públicos e controlar o aumento do número total do pessoal.

Os funcionários constituem, desde sempre, os recursos mais valiosos do Governo da RAEM. Iremos tomar as medidas necessárias para reforçar a comunicação hierárquica dentro dos serviços públicos, motivar e reforçar a coesão dos trabalhadores, prestar um melhor apoio aos trabalhadores da linha da frente, iremos continuar a prestar apoio financeiro aos trabalhadores dos serviços públicos com mais carências económicas para aliviar, mediante a organização de actividades culturais, desportivas e recreativas, a pressão sentida na vida e no trabalho.

No próximo ano, tomando a promoção da governação electrónica como ponto de partida, iremos simplificar e otimizar os processos dos serviços públicos. Iremos alargar o âmbito de aplicação da “Conta única de acesso comum”, analisar e reorganizar os serviços mais utilizados e estreitamente relacionados com os cidadãos e as empresas, aditar a funcionalidade da carteira digital, onde ficarão armazenados o cartão de leitor, cartão do idoso, cartão de utente (cartão dourado), entre outros. Iremos otimizar o sistema de gestão interna dos serviços públicos e, com base na digitalização dos serviços públicos, serão aditadas as funções de gestão dos dados pessoais, de requerimento e aprovação e demais funções, que se prendem com a assiduidade, trabalho extraordinário, faltas e férias, acesso e renovação do

contrato, liquidação da pensão de aposentação e das contas de previdência, entre outros.

A construção de uma equipa de trabalhadores dos serviços públicos com amor à Pátria e a Macau é fundamental para assegurar a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”. No próximo ano, iremos ministrar acções de formação temática sobre a realidade do país, no sentido de aumentar o sentido de pertença dos trabalhadores, e consolidar a base sócio-política centrada nos valores do amor à Pátria e a Macau. Iremos proceder à reorganização dos cursos de formação para os trabalhadores dos serviços públicos, ao aperfeiçoamento do mecanismo para a avaliação dos cursos e da gestão da avaliação dos formandos, de modo a melhorar a eficácia da formação.

Quanto às acções da área jurídica, determinámos, com atitude pragmática, o planeamento legislativo para o próximo ano, onde constam 9 projectos legislativos intimamente relacionados com a economia e a vida da população. Iremos consolidar e aumentar a eficácia do actual mecanismo de coordenação e concertação da produção legislativa, aperfeiçoando ainda mais o processo de produção legislativa, controlando rigorosamente o tempo para a elaboração das propostas de lei, por forma a assegurar que os projectos legislativos sejam concluídos pontualmente de acordo com o plano previsto. Iremos, ao mesmo tempo, acompanhar a mudança de legislatura da Assembleia Legislativa e planear melhor o tempo para a apresentação das propostas de lei.

Iremos aproveitar a capacidade dos profissionais locais e do exterior e daremos prioridade à promoção dos trabalhos legislativos relativos ao desenvolvimento do sector financeiro. Através da cooperação com os advogados e outros profissionais locais que têm vasta experiência prática no âmbito do processo judicial, e tendo como orientação proporcionar condições favoráveis à vida da população e à actividade das empresas e visando aumentar a eficiência, iremos rever os diplomas legais relacionados com os processos judiciais e continuar a promoção dos trabalhos de revisão legislativa.

No próximo ano, continuaremos a intensificar a promoção da Constituição e da Lei Básica, bem como das leis relativas à defesa da segurança do Estado, possibilitando aos cidadãos o conhecimento dos princípios e do espírito legislativo das respectivas leis. Além disso, iremos lançar o novo modelo de divulgação jurídica e ampliar a promoção e divulgação jurídica na internet, tornando-a mais “correspondente à realidade” e mais facilmente acessível pelos cidadãos de todas as faixas etárias.

No domínio dos assuntos jurídicos inter-regionais, iremos desenvolver, em grau mais elevado, as funções da Reunião Conjunta dos Departamentos Jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Tendo como base a criação de uma plataforma de mediação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a uniformização das qualificações dos mediadores, iremos promover a criação de um mecanismo de coordenação dos serviços jurídicos

públicos entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista a melhorar os respectivos serviços na Grande Baía. No domínio das relações externas, continuaremos a desenvolver a cooperação e o intercâmbio com o exterior e a impulsionar, de forma ordenada, os trabalhos relativos à negociação e à assinatura de acordos de cooperação judiciária.

No domínio dos serviços municipais, no próximo ano, continuaremos a aperfeiçoar os trabalhos atinentes à recolha de lixo. Iremos melhorar o sistema indutivo de abertura das portas dos depósitos fechados de lixo, transformar os postos de recolha de lixo nas vias públicas que reúnam condições em contentores de compressão de lixo, iniciar o estudo sobre o aperfeiçoamento do sistema de recolha de lixo e proceder à revisão geral sobre o actual modelo e as actuais instalações de recolha de lixo, apresentando uma proposta para o efeito.

Para garantir a desobstrução das redes de esgotos, além do empenho nos trabalhos regulares de desentupimento e de manutenção das redes de esgotos, no próximo ano, iremos continuar com o enfoque nos trabalhos de inspecção, desentupimento e desobstrução nos pontos críticos de inundações. Para melhor dominar as condições das redes de esgotos, será reforçada a utilização do sistema de videovigilância dos esgotos de modo a aumentar a frequência das inspecções e dos trabalhos de limpeza da rede de esgotos pública e das caixas de visita. A *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior entrará em funcionamento no próximo ano, e, crê-se, que

estando a obra de construção da *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Sul do Porto Interior concluída, se irá reforçar o efeito de prevenção das inundações da zona do Porto Interior.

Atendendo às mudanças advindas da situação da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, iremos, no próximo ano, ajustar activamente as medidas de prevenção epidémica no âmbito da segurança alimentar para evitar a entrada, em Macau, do novo tipo de coronavírus através dos produtos alimentares da cadeia de frio importados ou das embalagens deles. Reforçaremos também o rastreamento da fonte, a fiscalização e o controlo das várias etapas que os produtos alimentares percorrem, desde a sua entrada na fronteira até à fase de retalho. Iremos promover acções regulares de prevenção e combate à epidemia, nomeadamente, através de análises de amostras de mercadorias, colheita de amostras para serem posteriormente analisadas, medidas de saneamento e desinfeção, entre outras medidas. Em simultâneo, iremos definir o plano de emergência para casos em que sejam detectados resultados positivos do teste de vírus nas amostras de produtos alimentares da cadeia de frio ou embalagens, de forma a reduzir ao máximo o risco de propagação da epidemia.

Dado o maior número de vários tipos de lojas de “*take-away*” e de venda de produtos alimentares *online*, para reforçar a prevenção e o controlo na área da segurança alimentar, reduzir o risco de doenças de origem alimentar, iremos no próximo ano criar um regime de registo obrigatório, de modo a

reforçar a fiscalização das lojas que vendem produtos alimentares processados ou preparados e que não se encontram abrangidas pelo actual regime de licenciamento.

Em articulação com o processo legislativo do “Regime de gestão dos mercados públicos”, iremos, no próximo ano, elaborar directivas para a limpeza e funcionamento das bancas dos mercados públicos, introduzir ordenadamente sistemas de novas tecnologias e de gestão, nomeadamente, a balança electrónica e o pagamento electrónico, promover a uniformização dos pesos e medidas e utilização do sistema decimal nos mercados. Integrando o Mercado Municipal da Horta e Mitra no projecto-piloto, iremos, ainda, realizar um novo planeamento e concepção sobre o ordenamento e a disposição das bancas existentes, a fim de melhorar o ambiente e o funcionamento dos mercados tradicionais.

No próximo ano, iremos dar início às obras preliminares de melhoria e reordenamento dos passeios danificados, optimização das instalações de acessibilidade e aumento das iluminações decorativas nos bairros comunitários da zona compreendida entre a Avenida de Almeida Ribeiro e a Barra, da zona da Avenida Leste do Hipódromo da Zona Norte e da zona da Colina de Mong Há. Iremos construir, de forma faseada, ao longo das principais vias públicas de Coloane, um trilho de lazer seguro e agradável e criar as condições necessárias para que os cidadãos possam desfrutar e passear por Coloane.

No próximo ano, iremos continuar a promover a arborização da cidade e a

desenvolver a recuperação florestal. Adoptando como estratégia de arborização urbana “preencher os espaços vazios e elevar a qualidade”, iremos aumentar a densidade e a qualidade da arborização nos bairros, bem como, construir uma cidade de lazer verde. Além disso, iremos tomar medidas para reforçar a protecção das zonas montanhosas e o combate à destruição ilegal de terrenos das montanhas.

Dou assim por finda, a minha breve apresentação sobre a situação de trabalho do presente ano e o plano de trabalho para o próximo ano da área da Administração e Justiça, solicito ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que apresentem opiniões e sugestões.